



Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 23 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina, realizada em treze de setembro do ano de dois mil e treze, na Sala de Comissões nº01 da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis - SC.

1 Às catorze horas e dezoito minutos do dia treze de setembro de dois mil e treze, na Sala de
2 Comissões nº01 da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina – ALESC, reuniu-se o
3 Plenário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina – CAU/SC em Sessão
4 Ordinária número vinte e três. Presentes os senhores Conselheiros Estaduais Arquitetos e
5 Urbanistas **GIOVANI BONETTI, MARCOS ALEXANDRE JOBIM, JORGE RAINESKI, ADEMIR**
6 **BOGONI, DÉCIO GOMES GÓES, FÁRIDA MIRANY DE MIRA, CEZAR FRANCISCO CIARINI** e
7 **ANDRÉ LUIZ SERAFIM**, o suplente de conselheiro **DANIEL RODRIGUES DA SILVA**, os arquitetos
8 **LEONARDO HENRIQUE DANTAS e SÉRGIO OLIVA**, os empregados do CAU/SC, o Assessor
9 Especial **JOÃO EDMUNDO BOHN NETO**, o Diretor Geral **MÁRCIO BITTENCOURT**, os Advogados
10 **GUSTAVO SOUZA SANTOS e CHARLES JACOB PERGORARO KERBER**, a Secretária **TATIANA**
11 **MOREIRA FERES DE MELO**, a Assistente de Comissões **ELIZIANE GALLIANI** e a Assessora de
12 Imprensa **ANDRESSA DREHER**. Ressalta-se a ausência justificada da Conselheira **SÔNIA SUZETE**
13 **ROESE**. Após a verificação e constatação da existência de quórum, o Presidente do CAU/SC,
14 Arquiteto e Urbanista **RONALDO DE LIMA**, agradeceu a presença de todos, e lembrou os
15 presentes de silenciar os celulares e de se identificar antes de qualquer contribuição. Em seguida
16 apresentou a pauta da reunião, solicitando a inversão de sua ordem, sugerindo que o item 6.
17 Apresentação e Votação, fosse discutido após a aprovação da ata, sugestão essa acatada por todos
18 e aprovada por unanimidade. No item 1. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA DO DIA
19 DEZESSEIS DE AGOSTO, a ata foi colocada em discussão e o Conselheiro Raineski se manifestou
20 solicitando algumas alterações: nas linhas 185, 189 e 192 substituir CAU/SC por CAU, e na linha
21 191 substituir CREA por CONFEA. Feitas as alterações, a ata foi aprovada por unanimidade. Item
22 2. CORRESPONDÊNCIAS EMITIDAS E RECEBIDAS, o Presidente avisou que a relação de
23 correspondências havia sido enviada e que qualquer questionamento deveria ser encaminhado
24 para a Tatiana. No item 6. APRESENTAÇÃO E VOTAÇÃO, o Presidente apresentou o item A.
25 HOMOLOGAÇÃO DOS BALANCETES DE JANEIRO À ABRIL DE DOIS MIL E TREZE, que foi aprovado
26 por unanimidade. No item B. HOMOLOGAÇÃO DA REPROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE DOIS
27 MIL E TREZE, o Conselheiro Raineski explicou que com as novas demandas para a Comissão de
28 Ensino e Exercício Profissional – CEEP propostas na Terceira Reunião Extraordinária do CAU/SC,
29 e conseqüentemente aumento dos gastos da Comissão, o corte de verba se tornou inviável. O
30 Conselheiro Giovani explicou que essa redução de valores ocorreu devido à transferência de um
31 montante para patrimônio, e para os CAUs deficitários. O Conselheiro Raineski indagou sobre a
32 questão do valor repassado aos CAUs deficitários, uma vez que o CAU/PR e RS não efetuaram essa
33 transferência ao CAU/BR. O Conselheiro André explicou que no Seminário de Finanças em Brasília
34 foi dito que ambos os estados terão que fazer o repasse. O Conselheiro Raineski questionou a
35 alterações de outros valores, como aquisição de mobiliário, por exemplo. O Presidente sugeriu que
36 a votação fosse feita após o relato da Comissão de Patrimônio. No item C. HOMOLOGAÇÃO DA
37 INDICAÇÃO DO CONSELHEIRO GIOVANI BONETTI, PELA CCAA, COMO REPRESENTANTE DO
38 CAU/SC NO GRUPO DE TRABALHO SOBRE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CAU/BR E DOS
39 CAUS/UF, o Conselheiro Raineski perguntou qual o papel desse representante e qual o critério da
40 escolha. O Presidente explicou que ele mesmo poderia fazer a representação num grupo que trata
41 sobre o Planejamento Estratégico, mas para não centralizar as atividades na presidência e como a
42 diretoria trata diretamente do assunto, e ele entende que por haver um Plano de Ação sobre
43 Planejamento Estratégico na Comissão de Contas e Atos Administrativos - CCAA do CAU/SC, esta
44 tem capacidade de escolher um representante. O Conselheiro Giovani enfatizou que é um assunto
45 da CCAA. O Conselheiro Ciarini questionou como foi feita a escolha, uma vez que como vice-
46 presidente faz parte da diretoria e não estava ciente da indicação. O Presidente explicou que tem



47 autonomia para fazer indicações como estas, que encaminhou a escolha do representante para
48 que a comissão, uma vez que o assunto é pertinente à CCAA, e lembrou que em alguns momentos
49 há muita vontade, mas pouca disponibilidade, e perguntou se existe mais algum nome que o
50 plenário gostaria de indicar. O Conselheiro André posicionou-se contrário a outra indicação, uma
51 vez que entende que o representante deve ser membro da CCAA. O Conselheiro Ciarini questionou
52 o fato de não ter sido questionado quanto ao encaminhamento para a comissão da escolha do
53 representante. O Conselheiro Décio lembrou todos que, certo ou errado o Presidente tem esse
54 direito e que deve ser respeitado, da mesma forma que após a indicação do representante, o
55 Presidente trouxe para o plenário para homologação, podendo ser votado pela aceitação ou não
56 do representante. Encaminhado para votação, o item foi aprovado por unanimidade e o
57 Conselheiro Giovani foi homologado como representante do CAU/SC no Grupo de Planejamento
58 Estratégico do CAU/BR. No item D. HOMOLOGAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO DA INSTITUIÇÃO
59 PARA REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO, o Presidente passou a palavra para o Conselheiro
60 Giovani, que explicou que uma vez que a FEPESE foi a única instituição se apresentou disponível e
61 interessada em realizar o concurso, o texto da votação fosse alterado para: Homologação da
62 contratação da FEPESE para realização do Concurso Público do CAU/SC, através de dispensa de
63 licitação. Encaminhada para votação, a contratação da FEPESE foi aprovada por unanimidade. No
64 item E. HOMOLOGAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA A REFORMA DA SEDE DO CAU/SC,
65 CONFORME PROJETO APRESENTADO E APROVADO PELA COMISSÃO DE PATRIMÔNIO, o
66 Conselheiro Jobim leu a ata e as deliberações da Comissão de Patrimônio, explicou que o custo da
67 reforma foi reduzido, mantendo a qualidade, e propôs contratação de empresa para realizar três
68 orçamentos de cada item da listagem para a reforma, com valor total de até setecentos mil reais. O
69 Conselheiro Ciarini questionou o valor da reforma, em um imóvel alugado de duzentos e
70 cinquenta metros quadrados. Questionou a necessidade do piso elevado e de outros itens que
71 estão previstos para na reforma da sede. O Conselheiro Raineski corroborou com a ideia e disse
72 que o custo da reforma por metro quadrado está bastante elevado, sugerindo que fosse estipulado
73 um valor máximo, e dentro deste valor fosse feito o projeto. O Conselheiro Giovani lembrou que a
74 sede é provisória, mas não tanto como está sendo tratada, que será a sede do CAU/SC nos
75 próximos cinco anos, no mínimo, e que nesse período a sede deve ser digna para o atendimento
76 dos profissionais e trabalho dos funcionários, sugerindo valor máximo de seiscentos mil reais. O
77 Arquiteto Sérgio Oliva questionou quanto do valor total orçado poderá ser utilizado na sede
78 definitiva. O Conselheiro Jobim respondeu que esse levantamento não foi realizado e respondeu
79 ao Conselheiro Ciarini que suas participações nas reuniões da Comissão de Patrimônio
80 esclareceriam muitas de suas dúvidas, e que se estivesse presente nas reuniões, como membro da
81 comissão, não traria certos questionamentos para a plenária. O Conselheiro Giovani sugeriu
82 novamente teto no valor de seiscentos mil reais. O Arquiteto Sergio Oliva lembrou que o conselho
83 deve primar à economicidade e que não precisa ser tudo da melhor qualidade. O Conselheiro
84 Bogoni lembrou que o trabalho da Comissão de Patrimônio é válido e não deve ser desmerecido.
85 Lembrou que sempre existem produtos similares e sugeriu valor teto de quinze por cento do valor
86 orçado para o total das receitas do ano de dois mil e treze: quinhentos e quarenta mil reais. O
87 Conselheiro Ciarini sugeriu valor máximo para a reforma de quatrocentos mil reais. O Conselheiro
88 Giovani Boneti concordou com a proposta do Conselheiro Bogoni, retirou sua sugestão de valor e
89 solicitou que, reduzindo o valor, seja delegada para comissão a contratação de empresa para
90 realizar os orçamentos. O Presidente encaminhou as duas propostas para votação: proposta1.
91 Reforma da sede do CAU/SC, com teto de quinze por cento da receita total do ano de dois mil e
92 treze (quinhentos e quarenta mil reais) ou proposta2. Reforma da sede do CAU/SC no valor
93 máximo de quatrocentos mil reais. Apresentaram-se favoráveis à proposta1 os Conselheiros
94 Bogoni, Fárída, Daniel, Décio, Giovani e Raineski. O único voto para a proposta2 foi do Conselheiro
95 Ciarini. E com as abstenções dos Conselheiros André e Jobim, foi aprovada a reforma da sede do
96 CAU/SC, com teto de quinze por cento da receita total do ano de dois mil e treze (quinhentos e
97 quarenta mil reais). O Conselheiro Jobim justificou sua abstenção por manter e honrar os
98 trabalhos da comissão. O Presidente encaminhou para votação a contratação de orçamentista
99 após a elaboração pela comissão, dos termos de referencia dos itens acordados. Contratação
100 aprovada por unanimidade. O Presidente relatou que havia uma dotação orçamentária para ser



101 aprovada no Projeto de Estruturação da Fiscalização do CAU/SC, referente promoção e orientação
102 dos profissionais (item 6.3. do projeto apresentado na Plenária Extraordinária), um conjunto de
103 ações que soma o valor de sessenta e dois mil reais. Explicou que é um conjunto de ações dentro
104 da CCAA, uma vez que a CEEP delegou para que a Comissão de Contas e Atos estruturasse um
105 projeto para dar andamento a um trabalho institucional. Encaminhado para votação, o item 6.3 do
106 Projeto de Estruturação da Fiscalização do CAU/SC foi aprovado por unanimidade. Retomando o
107 item B. Homologação da reprogramação orçamentária do ano de dois mil e treze, a Conselheira
108 Fátima lembrou que a Comissão de Habitação continua na reformulação do orçamento, mesmo
109 após sua incorporação à Comissão de Políticas Urbanas. O Conselheiro Giovanni sugeriu a
110 transferência do valor orçado para a Comissão de Habitação, para a CEEP utilizar com as despesas
111 extras. A Conselheira Fátima solicitou que a CEEP reservasse parte desse valor para a impressão
112 do Código de Ética. O Conselheiro Bogoni questionou o acréscimo de cinquenta e cinco mil reais
113 para Comunicação no Gabinete da Presidência. O Presidente explicou que a Comissão de
114 Comunicação não possui dotação orçamentária. Encaminhada para votação, foi aprovada a
115 reprogramação orçamentária do ano de dois mil e treze, com as ressalvas de ajuste do valor teto
116 para a reforma da sede e, com o remanejamento dos valores orçados da CHAB para elaboração de
117 normas da CEEP (incluindo impressão do Código de Ética). No item 4.RELATO DOS DIRETORES,
118 com a ausência da Conselheira Sônia, não houve relato da diretoria administrativa. No relato da
119 diretoria financeira, o Conselheiro Bogoni apresentou o relatório financeiro, relatando que a
120 receita total no mês de agosto foi de trezentos e vinte e seis mil reais aproximadamente,
121 alcançando uma receita acumulada de três milhões, duzentos e dois mil, trezentos e dezessete
122 reais e setenta e um centavos. Citou que as despesas somaram o valor de aproximadamente
123 trezentos e setenta mil reais, explicando que o aumento desse valor é principalmente em função
124 dos pagamentos ao IAB/SC da primeira parcela do Convênio referente ao Primeiro Prêmio para
125 Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Santa Catarina no valor de vinte e quatro mil
126 e novecentos reais e da primeira parcela para a Organização do Congresso Estadual de Arquitetos
127 e Urbanistas no valor setenta e sete mil reais. Passando para o item 5. RELATO DAS COMISSÕES,
128 no relato da Comissão de Contas e Atos Administrativos, o coordenador, Conselheiro André,
129 relatou que na reunião houve a aprovação dos relatórios financeiro e administrativo, sem
130 ressalvas. Relatou que foi aprovada a revisão do orçamento dois mil e treze, a proposta de
131 fiscalização, a proposta para patrocínio e a proposta para implantação da ouvidoria. Disse que a
132 comissão julga essencial uma reunião da diretoria com os coordenadores de comissão para
133 discutir o orçamento dois mil e catorze, no dia vinte de setembro, pois esse material deve ser
134 encaminhado ao CAU/BR até o dia trinta. Relatou que no relatório administrativo foi destacada a
135 avaliação de segurança e medicina do trabalho dentro do CAU/SC. A comissão solicitou que para a
136 próxima avaliação fosse contratada uma empresa que possui um arquiteto em seu quadro
137 funcional, e solicitou que o resultado da avaliação realizada fosse encaminhado para a Comissão
138 de Patrimônio e para o escritório responsável pela reforma da sede. Relatou que o contrato com a
139 Claro será avaliado, pois tem proposta para ser revalidado até dia trinta. Citou que no Seminário
140 de Finanças do CAU/BR onde esteve presente. O Conselheiro Giovanni explicou a proposta para a
141 ouvidoria, que o arquiteto indicado pelo presidente para ser ouvidor teria um cargo honorífico e
142 poderia receber um subsídio de acordo com o jurídico do CAU/SC. O advogado Gustavo explicou
143 que o cargo pode ser honorífico, mas não pode receber o subsídio. O Conselheiro Giovanni solicitou
144 suspensão do tema uma vez que a informação do advogado não estava de acordo com o parecer
145 jurídico. Na sequência, o Conselheiro Giovanni leu a minuta da portaria do patrocínio. O
146 Conselheiro Décio questionou o fato de o patrocínio ser pago apenas após os eventos, após a
147 prestação de contas. O Conselheiro Giovanni explicou que é uma questão de segurança para o
148 CAU/SC, e teve apoio dos Conselheiros Daniel e André. Encaminhada para votação, a minuta de
149 patrocínio, no valor de cinquenta mil reais, foi aprovada por unanimidade. No relato da Comissão
150 de Ensino e Exercício Profissional, o coordenador Conselheiro Raineski relatou que foram
151 analisados alguns processos e emitidas duas multas. O Conselheiro Jobim citou sua representação
152 no Seminário em Brasília, e solicitou que o relato fosse realizado com mais tempo na próxima
153 reunião. Não relato houve relato da Comissão de Ética e Disciplina, por não ter ocorrido a reunião.
154 No relato da Comissão Especial de Comunicação, o Conselheiro Jobim fez a leitura da ata e



155 encaminhou para homologação plenária a contratação de empresa para divulgação de mídia
156 televisiva para o Dia do Arquiteto no valor de setenta mil reais, dentro do programa de
157 valorização profissional, a contratação de um estagiário de design e a contratação de duas
158 empresas para criação de folder digital e repaginamento do site e informativo no valor máximo de
159 oito mil reais. Todos os encaminhamentos foram aprovados por unanimidade. O Conselheiro
160 Jobim ainda solicitou que fosse incluída como tema de pauta para a próxima plenária a discussão
161 da abordagem de temas para divulgação. No relato da Comissão para o Congresso Estadual, o
162 Conselheiro Raineski solicitou a maior participação dos conselheiros e suplentes nas reuniões
163 preparatórias e apresentou para votação a proposição de que os delegados eleitos sejam checados
164 pelo CAU/SC em até cinco dias, e repassada a informação ao IAB/SC para que o contato seja feito
165 com o profissional. O Conselheiro André se posicionou contrário. O Conselheiro Jobim lembrou
166 que os delegados devem ter direitos e deveres, e que cabe ao profissional buscar essa
167 regularidade. O Conselheiro Raineski explicou que inicialmente foi solicitada a comprovação da
168 regularidade aos delegados e suplentes, porém houve certa resistência, e o atraso da entrega do
169 documento pode levar a uma substituição tardia, gerando inconvenientes. O Presidente
170 encaminhou para votação a proposição de que o CAU/SC faça checagem dos delegados e suplentes
171 e encaminhe a situação com o IAB/SC. O Conselheiro André votou contra, os Conselheiros Jobim e
172 Giovani se abstiveram, mas com a maioria dos votos, a proposição foi aprovada. O Conselheiro
173 Raineski solicitou para que conselheiros titulares ou suplentes não possam ter direito a voto nas
174 reuniões do Congresso. O Conselheiro Jobim questionou qual o fundamento da solicitação. O
175 Conselheiro Raineski explicou que os conselheiros já discutem e aprovam as proposições do
176 Congresso em plenária. Encaminhado para votação o direito de voto dos conselheiros e suplentes
177 no Congresso, foram favoráveis os Conselheiros Giovani, Jobim, André e Bogoni, contrários os
178 Conselheiros Daniel, Ciariai, Fátida e Raineski e o Conselheiro Décio de absteve da votação. Com
179 poder de desempate, o Presidente justificou que julga angustiante ver temas já encaminhados
180 partindo do zero, e votou favorável, aprovando os votos nos Congressos. O Conselheiro Jobim
181 questionou como será tratado o tema da fiscalização no Congresso, frente ao desconhecimento do
182 tema, em função da Terceira Plenária Extraordinária do CAU/SC realizada pela manhã. O
183 Conselheiro Raineski explicou que não se trata apenas desconhecimento das questões de
184 fiscalização, é um desconhecimento geral sobre quase todas as normativas que norteiam o CAU.
185 Falou que procedimento que vem sendo adotado é de não cercear nenhuma forma de
186 manifestação, para que possa ser traçado um perfil do conhecimento dos profissionais. O
187 Conselheiro André relatou que esteve presente em uma das reuniões e que não está claro que é
188 um evento do CAU/SC. Questionou se foi feito o regimento do Congresso e a participação dos
189 organizadores nas reuniões. Expôs sua indignação quanto às palavras do Presidente do IAB/SC,
190 Rael Belli, no encerramento do evento em Blumenau, que disse que o seminário é para o CAU/SC
191 ver que os arquitetos querem ser ouvidos. O Conselheiro se disse desconfortável com essa
192 postura, e que é errado o IAB fazer críticas ao CAU como ocorreu. A Conselheira Fátida questionou
193 se é possível organizar para que no Congresso seja entregue aos profissionais o código de ética e
194 para que sejam recolhidos apontamentos sobre procedimentos de sanções. Solicitou que essas
195 discussões fossem provocadas nas reuniões. O Conselheiro Giovani disse que acha que faltou um
196 eixo temático da ética no Congresso. O Conselheiro Raineski explicou que não é mais possível
197 inserir um eixo, mas disse que não houve omissão da questão ética, uma vez que esta é abordada
198 em todos os eixos. Citou que o Presidente Ronaldo falou nas reuniões preparatórias que o CAU/SC
199 é responsável pela existência do Congresso, e respondeu que seu regimento está disponível. Falou
200 também que não houve o pronunciamento do Rael Belli acima citado. O Presidente confirmou que
201 também estava presente e que ouviu o que foi relatado pelo Conselheiro André. O Conselheiro
202 Raineski se comprometeu a intervir em qualquer manifestação que possa prejudicar a imagem do
203 CAU/SC. O Conselheiro Giovani enfatizou a importância da distribuição do código de ética. No
204 item 7. MANIFESTAÇÃO DOS CONSELHEIROS EM ASSUNTOS DE INTERESSE DO PLENÁRIO, o
205 Conselheiro Daniel disse que julga o Congresso ótimo e que é hora de unir forças para seu sucesso.
206 Relatou que sente falta da presença dos conselheiros federais nas plenárias, para que possa ser
207 feita uma ponte entre o CAU/SC e o CAU/BR. A Conselheira Fátida relatou que não havia nenhum
208 representante de Santa Catarina presente na reunião do CAU/BR de aprovação do código de ética.



209 O Presidente relatou um encaminhamento da gerência técnica referente ao salário mínimo
210 profissional, pois várias empresas precisam se registrar e estão tendo dificuldades com os RRTs
211 de cargo e função. Sugeriu que o jurídico do CAU/SC faça uma minuta de uma deliberação para
212 encaminhar ao CAU/BR em busca de uma solução para esse represamento das empresas que
213 querem se registrar junto ao Conselho. Encaminhado para votação, o envio para o CAU/BR de uma
214 minuta com o conteúdo de discordar com a aplicação do salário mínimo profissional como
215 condição para emissão do RRT de cargo e função foi aprovado por unanimidade. O Conselheiro
216 Raineski solicitou um relato ao Presidente quanto aos Fóruns de Presidentes. Por não haver mais
217 tempo, o Presidente sugeriu que o relato fosse realizado após a reunião. Os conselheiros
218 solicitaram que este fosse enviado por e-mail. Nada mais havendo a tratar, o Presidente Ronaldo
219 de Lima desejou um bom retorno a todos e declarou encerrada a Vigésima Terceira Reunião
220 Plenária do CAU/SC. Para constar, eu, Tatiana Moreira Feres de Melo, Secretária do CAU/SC, lavrei
221 a presente Ata que será rubricada em todas as suas páginas e, ao final, assinada por mim e pelo
222 Presidente Ronaldo de Lima, para que reproduza os efeitos legais.
223

Ronaldo de Lima
Presidente do CAU/SC

Tatiana M. F. de Melo
Secretária